

# O estudo psicológico da delinqüência juvenil em relação com características da família\*

JOSÉ ALOYSEO BZUNECK\*

A delinqüência juvenil situa-se, atualmente, entre os maiores problemas sociais em todo o mundo, além de constituir especial desafio de natureza metodológica para os pesquisadores, principalmente na área psicológica.

Como problema social, tem recebido, tanto no exterior como em nosso meio, crescente atenção por parte de estudiosos, como psicólogos, sociólogos, juristas e outros. Em 1975, o Congresso Nacional instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, que analisou os problemas sócio-psicológicos do menor carente e abandonado do Brasil, incluindo o da delinqüência (Brasil, 1976). O diagnóstico relativo a quase 1.700 municípios brasileiros (43,15% do total) revelou a existência, como marginalizada, de cerca de 1/3 da população infanto-juvenil: mais de 13 milhões e meio de menores carentes (definidos como aqueles cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas de alimentação, habitação, saúde etc.), dos quais cerca de dois milhões são classificados como abandonados (que não têm pais ou responsáveis, para o aten-

dimento de suas necessidades básicas). Assinala o mesmo documento oficial (pg. 006) a incidência da criminalidade juvenil do ano de 1975: 111.812 delitos praticados por menores, com 44,17% na região Sudeste e 37,98%, no Nordeste. Tais comportamentos anti-sociais consistiram em furtos (83%), homicídios ou tentativas de homicídios (29,02%), delitos sexuais (46,16%), outras ocorrências (49,67%). Esses dados estatísticos, porém, podem não refletir a realidade brasileira, se atendermos a uma estimativa de F. Melo (1976), então Presidente da FUNABEM, que, à base da proporção de delinqüentes atendidos por essa Instituição, poderia, talvez, contar, em todo o Brasil, mais de um milhão de menores infratores, embora seja impossível precisar o número.

Considerando-se que a própria instalação da C.P.I. do Menor se norteava por louváveis objetivos político-sociais, foi sensível a preocupação pela identificação dos fatores responsáveis pelo fenômeno. Assim, ouvidos especialistas e profissionais de renome, ligados ao problema do menor no Brasil, pôde a Comissão esboçar um quadro geral do que denominou causas da marginalização do menor: desagregação familiar, pobreza, ambas associadas aos processos mais amplos e inter-relacionados da urbanização crescente e do êxodo rural; num fenômeno global de causação recíproca, a pobreza está ligada a deficiências nutricionais, habitacionais, educacionais, ao despreparo profissio-

---

(\*) Resumo de um dos capítulos da Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. Professor de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina e Professor do CESULON.

nal, constituindo todo esse complexo o ambiente adequado ao surgimento da delinqüência juvenil. A semelhantes conclusões chegaram algumas análises mais recentes do problema em nosso meio, tais como de Brisolla (1975), Castro (1978), Costa (1975), Costa (1976), Donnici (1978), Goulart (1976), Marques (1974), Moraes (1974), Pellegrino (1977), Rios (1977). Tais estudos, se às vezes carecem do rigor metodológico que caracteriza uma pesquisa científica, oferecem, em contrapartida, a apreciável vantagem de uma experiência ampla e variada de profissionais que, no seu dia-a-dia, lidam com o problema.

A busca de explicações cientificamente comprovadas orientou grande número de pesquisas sistemáticas nesta área, lamentavelmente escassas em nosso meio. Os diversos estudos realizados principalmente nos Estados Unidos e Europa levam à conclusão de que a delinqüência — juvenil ou de adulto — não se reduz a uma forma homogênea de comportamento anti-social, com uma etiologia restrita e definida. Uma causalidade múltipla, semelhante à que fora descrita na C.P.I. do Menor, acima citada, parece corresponder melhor à realidade.

No âmbito da psicologia, os estudos sistemáticos em torno do problema são cada vez mais freqüentes, sempre com a preocupação de identificar as variáveis responsáveis pelo comportamento infrator.

A presente revisão tem por objetivo proporcionar ao leitor um conjunto atualizado de pesquisas psicológicas em torno de uma variável específica — características da família do menor infrator. A escolha dessa variável específica para estudo deriva do fenômeno básico da socialização da criança, que as pesquisas comprovaram ocorrer maximamente por influências parentais; e a socialização deficiente, à qual estariam ligados diversos tipos de comportamentos socialmente indesejáveis, ocorreria em função de algum tipo de comportamento inadequado dos pais. Tal escolha não sugere, de modo algum, se possa subestimar o peso de outros fatores ambientais igualmente ou mais relevantes, como, por exemplo, a influência modeladora da gangue, como já fora salientado por diversos estudiosos: Cohen (1956); Hood e Sparks (1970); Short (1970).

As pesquisas revelam, de forma consistente, que os menores infratores — significativamente em maior número que os não-delinqüentes — provêm de lares marcados por algum problema sério: seus pais são, com maior probabilidade, dados ao alcoolismo, à vadiagem, ao crime, ou são portadores de alguma enfermidade física ou mental; freqüentemente, são perturbados emocionalmente.

Os estudos clássicos de Glueck e Glueck (1968) revelaram que a delinqüência juvenil está associada à disciplina extremamente severa ou laxa por parte do pai; supervisão inconsistente ou apenas tênue por parte da mãe; indiferença ou hostilidade de ambos os genitores; e desintegração da família. McCord e McCord (1958) apresentaram dados que comprovam a influência dos pais como modelos de comportamento anti-social. Nesta mesma linha, Bandura (1973) expôs sua conhecida e bem elaborada teoria com dados de pesquisa, sobre o problema da agressão, um comportamento que, via de regra, se enquadra entre as infrações mais preocupantes da atualidade. Blakely et al. (1974) revelaram características negativas, nas famílias de jovens delinqüentes, mais freqüentes do que em amostras de controle. História de prisão anterior dos pais foi também variável relevante, conforme dados de Robins et al. (1975). Num estudo inglês, de Wilson (1976), apareceu alta correlação entre criminalidade dos pais e nível sócio-econômico inferior. Spiegel (1977) cita o interessante estudo de Rosenquist e Megargee com sujeitos de três tipos de cultura: mexicanos, anglo-americanos e mexicano-americanos; compararam delinqüentes com não-delinqüentes de nível sócio-econômico inferior, tendo chegado à conclusão de que as variáveis cruciais associadas com delinqüência juvenil reduzem-se a problemas de família: instabilidade marital, falta de respeito e afeto mútuos, pais indiferentes ou hostis, um pai omissivo ou ausente, e falta de motivação para realização, ou comportamento a-social por parte dos pais.

Rahav (1977), por sua vez, já interpreta o fenômeno da delinqüência juvenil como resultante de um conflito entre grupos dominantes e subordinados, sendo que os adolescentes se acham entre estes últimos, e se caracterizam, como grupo, pela segregação (alimentada principalmente pela divisão do trabalho e pelo aumento da população jovem), pelo conflito, alienação, e pela percepção estereotipada do grupo majoritário, do qual negam os valores. Aproxima-se muito desta explicação a interpretação que Horton e Leslie (1974) emprestam ao fenômeno da máfia, nos Estados Unidos.

## DELINQUÊNCIA JUVENIL E AUSÊNCIA PATERNA

Considerável é a literatura sobre a relação entre a delinqüência juvenil e a ausência do pai, pela morte ou outra forma de separação.

Como particularmente contraditórios, aparecem os resultados acerca da relação entre ausência do pai e delinqüência das moças: Austin

(1979); Datesman e Scarpiti (1975); Hoffman (1971; 1975); Koller (1971);; Robins *et al.* (1975).

Com relação, porém, à influência da ausência paterna sobre a delinqüência juvenil masculina, a revisão de Nash (1965) concluiu por notável consistência nos resultados de diversas pesquisas, corroboradas amplamente por estudos posteriores (Chilton e Markle, 1972; Datesman e Scarpiti, 1975; Hoffman, 1971; 1975; Santrock, 1975; Siegman, 1966; Smith e Walters, 1978), devendo-se ressaltar um estudo brasileiro, de Costa (1976), que constatou que 81% de menores delinqüentes de Porto Alegre não tinham pai ou mãe ou ambos. O estudo de Kelly e Baer (1969) encontrou uma taxa de 33% de reincidência entre menores delinqüentes que provinham de família desfeita, contra apenas 7% (diferença significativa) dos de família intacta.

Entretanto, todos esses resultados, consistentes entre si, devem ser ponderados com cautela: Herzog e Lewis (1970), e Marino e McCowan (1977) apontam limitações metodológicas em estudos sobre os efeitos da ausência paterna. Especificamente, os dois primeiros autores referem-se aos problemas do controle do nível sócio-econômico, de medidas inadequadas, de interpretações discutíveis e da falta de especificação do motivo da ausência paterna. Talvez por esses motivos é que se tenham verificado alguns resultados opostos aos das pesquisas acima citadas: Horton e Leslie (1974) referem os estudos de Shaw e McKay, e de Sterne que, com amostras selecionadas em base a critérios acurados, concluíram por diferença não significativa nos efeitos da família intacta versus desfeita sobre comportamento delinqüente. Igualmente, Drayton (1978), mesmo controlando a época em que se deu a ausência paterna, não encontrou influência significativa dessa ausência sobre os escores em testes de ajustamento social. Além disso, avaliados por professores e pelas mães, 40 adolescentes masculinos de lar intacto e 30 de família desfeita por ausência do pai (controlado o motivo dessa ausência) não apresentaram diferenças em atitudes e no comportamento social (Atkinson e Ogston, 1974).

As pesquisas sugerem que, no presente contexto, cinco tipos de variáveis devem ser levadas em conta:

1º. Não é apenas a ausência física do pai que se relaciona com delinqüência juvenil; estudos citados pouco mais acima levam à conclusão geral de que o tipo do pai omissor, ou modelo de má conduta, pobre em comunicação, com disciplina inconsistente (Blakely *et al.*, 1974; Smith e Walters, 1978; Rosenquist e Megargee, *apud* Spiegel,

1977) aparece também associado ao problema ora em foco McCord *et al.* (1962) concluíram, à base de seus resultados, que o fator familiar, mais relevante na explicação da delinqüência juvenil reside no clima da instabilidade do lar, o que se verifica mesmo com o pai fisicamente presente ou com seu substituto. Nesta mesma linha de variáveis, os jovens delinqüentes apresentam, de forma típica, uma percepção negativa de seus pais, quando comparados com seus coetâneos não-delinqüentes: por exemplo, a amostra de jovens delinqüentes canadenses, no estudo de Milebamane (1975), percebe seus pais como omissos, negativistas nas pesquisas de Duncan (1978), Haidle (1974), e Smith e Walters (1978).

2º. Santrock (1972, pg. 465), a propósito da relação entre ausência paterna e desenvolvimento cognitivo dos filhos, propôs ser necessário estudar melhor as possíveis diferenças nos efeitos originados da ausência do pai por falecimento, por abandono, divórcio ou qualquer outra forma de separação. Quanto à influência sobre o comportamento delinqüente do jovem, dispomos, até o presente, de uns poucos dados, parciais e até contraditórios: Santrock (1975) relata que os meninos de pais divorciados foram classificados como significativamente mais desviados socialmente (houve, talvez, efeito de estereótipo na avaliação) que os filhos de mãe viúva; mas, o julgamento moral, numa avaliação com o teste de Kohlberg, apareceu significativamente mais baixo entre as crianças de quem morreu o pai do que entre os filhos de divorciados. Segundo o autor, esta última diferença pode ser atribuída à forma parcial da avaliação, que empregou apenas três histórias da escala de Kohlberg. Sorosky (1977) vai mais além em sua proposta de relativização da ausência física do pai por divórcio: em sua revisão bibliográfica sobre os efeitos psicológicos do divórcio sobre os adolescentes, faz alusão a estudos que apontam o estado de "divórcio emocional" que costuma anteceder à separação legal, com características notadamente nocivas. Moerk (1973), ao comparar uma amostra de 24 rapazes separados do pai por motivo de divórcio com uma outra de igual número, cujos pais estavam presos (ambas com uma média de 4,8 anos de separação), não encontrou diferença entre os dois grupos nas medidas de percepção de suas relações com os pais, autoconceito e problemas com a autoridade. Para esses efeitos, portanto, foi indiferente a ausência do pai por prisão ou por causa do divórcio. Por fim, devemos reportar-nos ao amplo estudo de Tuckman e Regan (1966), com cerca de 1700 sujeitos atendidos clinicamente, e que concluiu que a variável "família desfeita" não é

um constructo unitário: certos tipos de problemas psicológicos das crianças associavam-se, indiferentemente, a pais divorciados ou separados; em relação a outros problemas, porém, pais separados eram mais semelhantes aos lares intactos e aos de cônjuge viúvo, e os divorciados aos não-casados.

Esses resultados indicam, portanto, que a discriminação entre os vários tipos de causas de ausência paterna do lar é relevante na tentativa de explicar o comportamento delinqüente; mas que, ao mesmo tempo, é necessário que essas discriminações sejam conjugadas ainda às variáveis que serão expostas a seguir.

3º. Os dados de pesquisa comprovam ser relevante a época em que se deu a ausência do pai. Hoffman (1971) reconheceu serem limitadas as conclusões de seu estudo empírico sobre ausência paterna e formação da consciência, por não ter avaliado desde quando o pai estava ausente, e por quanto tempo. A este propósito, alguns estudos, citados por Smith e Walters (1978) concluíram que, para os meninos, o período mais sensível à ausência paterna, em relação com a delinqüência posterior, situa-se entre os três e seis anos. Kelly e Baer (1969), que haviam constatado reincidência mais freqüente entre jovens delinqüentes de família desfeita do que de família intacta, concluíram ainda que, entre os que haviam perdido o pai antes dos sete anos, a reincidência atingia 39% deles, contra apenas 10% (diferença significativa,  $p < 0,05$ ) entre os que perderam o pai após os sete anos. Siegman (1966) também encontrou escores significativamente mais altos nas escalas de comportamento anti-social (não, porém, na escala de desobediência paterna) entre adultos cujo pai se havia ausentado pelo menos um ano, entre o primeiro e o quarto ano de vida da criança, em comparação com uma amostra comparável de sujeitos que nunca haviam experimentado ausência paterna naquela faixa etária.

Por conseguinte, os dados sugerem fortemente haver um "período crítico", em que a formação da consciência é mais dependente de alguma influência do pai, e que se situa nos primeiros anos de vida da criança. Além disso, nota-se grande semelhança entre esses dados e os obtidos em pesquisas sobre o desenvolvimento cognitivo, de acordo com as revisões de Carvalho (1976), Campos (1979) e Shinn (1978).

4º. A ausência do pai biológico, se compensada por um substituto, parece ter efeito menos negativo sobre o comportamento social posterior do jovem. Wilson *et al.* (1976), em dois amplos estudos através dos Estados Unidos, concluíram que não importa se o pai é natural ou substituto para que

sua presença seja associada a menor índice de delinqüência. Entretanto, a simples substituição do pai não garante, de si, tais resultados positivos no comportamento dos jovens, pois — como sugerem os estudos citados acima, no item 1º., — importa averiguar o comportamento desse pai cognitivo, Carvalho (1976) constatou que a presença de outro modelo masculino, substituto do pai natural, não foi eficaz para fazer subir, nos rapazes, o nível de motivo de realização.

5º. As pesquisas de Robins *et al.* (1975) e de Sutton-Smith *et al.* (1968) apresentam resultados que chamam a atenção para a variável constituição da família como relevante ao associar-se à ausência do pai, na explicação da delinqüência juvenil. No primeiro estudo, já citado anteriormente, que apontava a relação entre prisão do pai e delinqüência do filho, a probabilidade deste evento era baixa quando o filho tinha poucos ou nenhum irmão; crianças com ambos os pais presos, e que tinham três ou mais irmãos, eram delinqüentes em 100% dos casos masculinos e em 50% dos femininos; mas essa taxa caía para a metade, se havia apenas um ou dois irmãos. O segundo estudo aqui citado concluiu que a ausência do pai afeta mais as famílias de três filhos e, menos, as de um filho. O menino com irmãozinho é menos afetado do que com irmãzinha.

Na sua quase totalidade, os estudos ora citados não são brasileiros, o que sugere certa cautela na extrapolação de seus resultados para nosso meio, onde os níveis sócio-econômico e de escolaridade devem sempre ser levados em conta, em conjunção com as demais variáveis expostas acima. Amplos estudos longitudinais — como o sugere Moerk (1973) — poderão fornecer os dados definitivos sobre a relação ausência do pai e delinqüência juvenil masculina, por averiguarem como se desenvolve a problemática interna do lar, com todas as suas variações e suas conseqüências, inclusive — salientamos — a emergência dos primeiros padrões de comportamento anti-social que terminariam em crimes mais graves, passíveis de condenação.

Até o momento, porém, as pesquisas de correlação aqui discutidas permitem algumas conclusões gerais em torno do tópico ora em apreço:

1 — de modo geral, a delinqüência dos rapazes está mais associada à família desfeita por ausência do pai do que a família intacta.

2 — O simples critério observável de família intacta versus desfeita parece não ser suficiente para explicar a delinqüência dos jovens, mas tudo indica serem relevantes alguns fatores ligados àquela condição, tais como: a época da ausência paterna; o motivo da ausência; a sua não-substituição por parte de outra pessoa significativa, e positivamente

atuante na socialização da criança; e o número de filhos.

3 — O mau relacionamento com o pai, fisicamente presente, bem como a omissão por parte deste, são de forma mais consistente, associados a comportamentos anti-sociais do jovem.

Entre outras explicações psicológicas possíveis (cfr. Spiegel, 1977) dessa relação entre delinquência juvenil e ausência paterna, Miller (1958), acompanhado por Siegman (1966) e Bronfenbrenner (1967), interpreta a valentia exagerada, a agressividade e crueldade dos rapazes delinquentes como formas de reação contra o caráter efeminante da educação num lar sem a presença do papel masculino. Diversos autores citados por Horton e Leslie (1974) concluíram que a delinquência juvenil se torna uma reação comum de jovens que não encontraram em seus pais, porque ausentes ou omissos, o elo de ligação com a sociedade mais ampla: faltaram-lhe os laços do controle e da socialização básica que só a família intacta e afetivamente unida pode proporcionar. Já Simpson (1976) tenta explicar o baixo nível de pensamento moral dos delinquentes (assim como dos jovens de nível sócio-econômico inferior) fazendo referência à hierarquia das necessidades, tal como foi proposta por Maslow. Segundo essa autora, há uma relação causal entre a gratificação das necessidades psíquicas do homem e o desenvolvimento moral, de tal forma que a "facilitação da primeira tem efeitos no segundo". No caso concreto dos menores delinquentes, o fator basicamente responsável pelo seu atraso no desenvolvimento moral é o ambiente, de características negativas, que não pôde satisfazer-lhes aquelas necessidades psíquicas.

Provavelmente, os três tipos de explicação podem ser aceitos de forma conjugada, sugerindo a relevância da presença física e atuante do pai como responsável pela socialização da criança.

## A MEDIAÇÃO DE VARIÁVEIS COGNITIVAS

Ao analisar os diversos fatores que explicariam a aprendizagem da não-delinquência, Feldman (1977/79) apresenta a contribuição da teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento moral na linha cognitivo-piagetiana. Em resumo, segundo essa teoria (Kohlberg, 1976; Bzuneck, 1980), a moralidade é concebida em termos de justiça, e que se desenvolve através de estádios, em função da interação entre as estruturas da criança e as características estruturais do ambiente. Os fatores ambientais relevantes para esse desenvolvimento são as oportunidades para a assunção de papéis; em outras palavras, a criança irá subindo progressivamente de estádio e, por isso mesmo, tornando-se

mais evoluída moralmente caso se exercite em levar em conta (esse é o aspecto cognitivo diferenciado) cada vez mais as perspectivas do outro e da sociedade em geral. Nos estádios inferiores — 1, 2 e 3 —, o pensamento da criança, em termos de moralidade, caracteriza-se por um egocentrismo interesseiro, embora o estádio 3 já apresente a capacidade de assunção de papéis, antes inexistente. Ao início do estádio 4, ou seja, a consideração pelo sentido das leis e normas sociais, como instrumentos de manutenção da integridade social. Os estádios 5 e 6 (1) foram o nível pós-convencional da moralidade: pertencem ao estádio 5 os indivíduos que revelam atenção à sociedade, enquanto critério para a elaboração de leis; ao estádio 6, os que atingiram o senso acabado de justiça, além e acima de qualquer lei positiva, e aplicável como solução adequada à qualquer situação de conflito moral.

Inúmeros estudos desta última década, principalmente, (cfr. Bzuneck, 1980) apresentam resultados consistentes a favor da seqüencialidade dos estádios kohlbergianos, bem como em relação aos fatores responsáveis pelo desenvolvimento moral-cognitivo, nos termos formulados pelos seus teóricos, Piaget e Kohlberg.

Quanto à previsibilidade do comportamento aberto em base ao nível de pensamento moral, diversos estudos têm, igualmente, contribuído para uma comprovação da proposição inicial de Kohlberg: maturidade do julgamento moral prediz comportamento moral maduro, que é comportamento que leva em conta, na prática, os verdadeiros reclamos da justiça. Em outras palavras, comportamento moral adequado supõe, como condição necessária, embora não-suficiente, nível avançado de julgamento moral. Em se tratando de delinquentes, a hipótese era de que eles revelam escores altos nos estádios inferiores e baixos, nos superiores. Não possuindo raciocínio moral evoluído, eles estariam mais expostos às influências negativas de pessoas que os levariam a delinquir.

As pesquisas são bastantes consistentes na comprovação dessa hipótese. Kohlberg (1971) cita um estudo seu e de Freundlich, em que 83% de adolescentes delinquentes se acham nos dois primeiros estádios, contra apenas 27% de uma amostra comparável de não-delinquentes. Ruma e Mosher (1967) encontraram em jovens delinquentes correlação positiva altamente significativa entre as medidas de julgamento moral e as de sentimento de culpa pelas transgressões, no sentido freudiano. Em outro estudo naturalístico, Fodor (1972) descobriu que os delinquentes apresentavam escores significativamente mais baixos que os não-delinquentes, controladas outras variáveis, incluindo a

quantidade de educação recebida pela mãe. Um interessante estudo envolvendo adolescentes delinquentes e suas mães foi realizado por Hudgins e Prentice (1973), comparando-os com um grupo de não-delinquentes e suas mães: os primeiros receberam escores significativamente mais baixos que os últimos na avaliação por nível de maturidade moral, situando-se tipicamente nos estádios 1 e 2, ao passo que os não-delinquentes, no estádio 3. As mães dos delinquentes eram bem menos evoluídas que as mães dos não-delinquentes, situando-se estas últimas nos estádios 3 e 4. A semelhança de resultados chegou McColgan (1977), usando o teste de julgamento moral de Rest. Nossa recente pesquisa com menores infratores paranaenses (Bzuneck, 1980) revelou que, em comparação com uma amostra comparável de adolescentes não-delinquentes, (1) apresentam escores significativamente mais altos nos estádios inferiores 2 e 3, enquanto que estes últimos se tipificaram no estádio 4; e (2) os rapazes de lares desfeitos pela ausência do pai apresentam escores mais baixos de julgamento moral que os de família intacta; assim, o subgrupo menos evoluído foi o de adolescentes delinquentes de família desfeita por ausência do pai.

Todos esses dados, no conjunto, sugerem fortemente que o desenvolvimento moral-cognitivo medeia entre o fator ausência do pai e a delinquência, considerando-se que o desenvolvimento moral depende de interações sociais específicas, principalmente no lar. Por extrapolação de outros estudos na área, alguns manipulativos, a explicação definitiva da delinquência, estaria em que a ausência física do pai implicaria sobretudo na ausência de situações que proporcionam o exercício de assunção de papéis, ou porque o pai não cumpriu essa função porque ausente, ou porque não colocou o filho em ambientes que proporcionem aquele treinamento (escola, por exemplo), ou porque o menino, por compensação, freqüentou prevalentemente outros grupos de pessoas pobres em interações recíprocas, ou porque ficou sob os cuidados da mãe, de pensamento moral menos evoluído, como o sugerem Hudgins e Prentice (1973); ou todos esses casos em conjunto.

Em termos positivos, os mesmos dados sugerem que não é apenas a presença física do pai que irá assegurar alto nível de socialização do menino: além de proporcionar afeto e atenção, o pai fisicamente presente precisa, ainda, através de estimulações adequadas, funcionar como agente de desenvolvimento moral-cognitivo, visando para o filho à consecução dos níveis mais elevados de raciocínio moral, condição imprescindível para comportamento social adequado.

## CONCLUSÃO: PROBLEMAS METODOLÓGICOS

A presente revisão de literatura psicológica, circunscrita à relação entre delinquência juvenil masculina e características de família, permite concluir pela necessidade de se buscarem maiores refinamentos nos métodos de pesquisa nesta área. Certos conceitos precisam ser melhor definidos, a começar pelo de "infrator" ou "delinquente", colocando-se em discussão o seu sentido tradicionalmente legalista. Além disso, constituem limitações a serem superadas certas dificuldades de ordem metodológica com que o pesquisador se deparou até o presente.

Além de um primeiro problema, já abordado acima, relacionado com a necessidade de discriminação entre tipos de família desfeita em função dos motivos da ausência paterna, devem salientarse outros dois percalços com que se depara todo pesquisador na área: o primeiro é em relação à representatividade das amostras. Feldman (1977/79) pondera que as estatísticas oficiais da criminalidade são particularmente tendenciosas ou incompletas, não se podendo, portanto à base delas, tomar decisões seguras. Outros autores, como Hood e Sparks (1974), dedicam ampla consideração àquilo que entre nós se denomina "cifra negra", ou o montante dos crimes ocultos, oficialmente não arrolados. Para um estudo científico da criminalidade, tal deficiência de dados iniciais acarreta limitações não desprezíveis à formação de amostras, pois, como observa Cohen (1956), nunca sabemos se determinados tipos de delinquentes ou infrações estão sub ou super-representados. Na prática, as pesquisas na área atêm-se a um critério extremamente vulnerável, que é, porém, o único disponível a ser atendido com segurança: estudam-se os delinquentes julgados como tais por um tribunal, e já recolhidos a alguma espécie de casa de detenção; escola correccional, no caso dos menores infratores. Assim, ficam excluídos, a priori, de qualquer pesquisa, os delinquentes não condenados ou não recolhidos, deixando o pesquisador no escuro em relação ao valor representativo do grupo, que fortuitamente lhe coube estudar.

Outro problema metodológico diz respeito à época em que os psicólogos se põem a estudar as características de delinquentes presos: avaliam-se a personalidade, o julgamento moral e outros aspectos psicológicos do indivíduo em prisão, na suposição de que os exibia à época (às vezes, não muito próxima) em que cometeu o delito. É possível ter ocorrido um congelamento daquelas características, mas também é provável que tenham ocorrido mudanças acentuadas, em função das ex-

periências negativas por que passou o sujeito, desde o momento da captura, não se excluindo violências de todo gênero, e que têm seu desfecho na perda da liberdade ao lado de outros marginais, eventualmente mais perigosos e nocivos, modelos de má conduta e de pensamento moral menos evoluído. Feldman (1977/79, p. 56) chega a propor, como solução ideal, o estudo de delinqüentes não-condenados ainda, autodenunciados.

Esse é o contexto geral em que devem desenvolver-se os estudos subseqüentes na área.

## RESUMO

Entre os fatores responsáveis pela delinqüência juvenil masculina, a presente revisão de literatura focaliza características de família, em termos de ausência paterna. São apresentados resultados de pesquisas quanto às causas dessa ausência e sua relação com a delinqüência juvenil; a época em que ocorreu a ausência; sua substituição; e a constituição familiar. Entre as explicações propostas dessa relação, especial ênfase é dada a variáveis de natureza cognitiva. Por fim, são apontados os principais problemas metodológicos do estudo da delinqüência.

## BIBLIOGRAFIA

- ATKINSON, B.R. e OGSTON, D.G. The effect of father absence on male children in the home and school. *Journal of Social Psychology*, 1974, 12 (3), 213-221.
- AUSTIN, R.L. Race, father-absence, and female delinquency. *Psychological Abstracts*, 1979, 61 (1), 1227.
- BANDURA, A. *Aggression: a social-learning analysis*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, Inc., 1973.
- BERKOWITZ, M. The role of transactive discussion in moral development: the history of a six-year program of research Part I. *Moral Education Forum*, 1980, 5 (2), 13-26.
- BLAKELY, B.; STEPHENSON, P.S.; e NICHOL, H. Social factors compared in a random sample of juvenile delinquents and controls. *International Journal of Social Psychiatry*, 1974, 20 (3-4), 203-217.
- BRASIL - Congresso Nacional, *Diário do Congresso Nacional*, 1976, 31, Suplemento ao Nº. 65.
- BRISOLLA, C.E.B. Fome e Delinqüência. *Justitia*, 1975, 37 (88), 193-196.
- BRONFENBRENNER, U. The psychological costs of quality and equality in education. *Child Development*, 1967, 38, 909-925.

- BZUNECK, J.A. *Julgamento Moral de Adolescentes Delinqüentes e Não-Delinqüentes em Relação com Ausência Paterna*. Tese de Doutorado inédita. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980.
- CAMPOS, J.C. *Ausência paterna: correlatos cognitivos e de personalidade dos filhos na idade pré-escolar*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 1979.
- CARVALHO, H.A.G. *Efeitos da ausência paterna sobre o motivo de realização: um estudo com adolescentes do 1º grau*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 1976.
- CASTRO, L.R. *Um enfoque psicológico do problema da delinqüência*. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada,
- CASTRO, L.R. Um enfoque psicológico do problema da delinqüência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 1978, 30 (1-2), 162-173.
- CHILTON, R. e MARKLE, G.E. Family disruption, delinquent conduct and the effect of subclassification. *American Sociological Review*, 1972, 37 (1), 93-99.
- COHEN, A.K. *Delinquent boys: the culture of the gang*. London, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1956.
- CONGER, J.J.; MILLER, W.C.; e WALSMITH, C.R. Antecedentes de delinquency: personality, social class, and intelligence. In P.H. Mussen; J.J. Conger; e J. Kagan (Eds.) *Basic and contemporary issues in developmental Psychology*. New York, Harper & Row, Publishers, 1975; 433-450.
- COSTA, A.A. Contribuição relativa aos problemas dos menores infratores. *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, 1975, 26, 21-26.
- COSTA, R. Descrição dos antecedentes da delinqüência juvenil em Porto Alegre. *Revista do Ministério Público*, 1976, 7-8, 142-153.
- DATESMAN, S.K. e SCARPIITI, F.R. Female delinquency and broken homes: a reassessment. *Psychological Abstracts*, 1975, 54, 7840.
- DONNICI, V.L. A criminalidade e os menores de 18 anos. *Ciências Humanas*, 1978, 2 (6), 18-29.
- DRAYTON, E.L. The effect of father absence upon social adjustment of male and female institutionalized juvenile delinquents. *Dissertation Abstracts International*, 1978, 38 (12), 7223 - A.
- DUNCAN, D.F. Attitudes toward parents and delinquency in suburban adolescent males.

- Adolescence*, 1978, 13 (50), 356-369.
- FODOR, E.M. Delinquency and susceptibility to social influence among adolescents as a function of moral development. *The Journal of Social Psychology*, 1972, 86, 257-260.
- GLUECK, S. e GLUECK, E.T. *Delinquents and non-delinquents in perspective*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1968.
- GOULART, H. Os jovens adultos delinquentes. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 1976, 71, 123-149.
- HAIDLE, W.D. A comparison of adolescent perception of parent-child relationships between delinquent and non-delinquent adolescents. *Dissertation Abstracts International*, 1974, 35 (4), 1979.
- HERZOG, E. e LEWIS, H. Children in poor families: myths and realities. *American Journal of Orthopsychiatry*, 1970, 40 (3), 375-387.
- HOFFMAN, M.L. Father absence and conscience development. *Developmental Psychology*, 1971, 4, 400-406.
- HOFFMAN, M.L. Sex differences in moral internalization and values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1975, 32 (4), 720-729.
- HOOD, R. e SPARKS, R. *Key Issues in Criminology*. New York, McGraw-Hill Book Co., 1970.
- HORTON, P.B. e LESLIE, G.R. *The Sociology of social problems*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, Inc., 1974.
- HUDGINS, W. e PRENTICE, N.M. Moral judgment in delinquent and non-delinquent adolescents and their mother. *Journal of Abnormal Psychology*, 1973, 82 (1), 145-152.
- KELLY, F.J. e BAER, D.J. Age of male delinquents when father left home and recidivism. *Psychological Reports*, 1969, 25, 1010.
- KOHLBERG, L. Cognitive-developmental theory and the practice of the collective moral education. In M. Wolins e M. Gottesman (Eds.) *Group Care: the Education Path of Youth Aliyah*. New York, Gordon & Breach, 1971; 342-371.
- KOHLBERG, L. Moral stages and moralization: the cognitive developmental approach. In Th. Lickona (Ed.) *Moral development and Behavior*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1976; 31-53.
- KOLLER, K.M. Parental deprivation, family background and female delinquency. *The British Journal of Psychiatry*, 1971, 118 (544), 319-327.
- MARINO, C.D. e McCOWAN, R.J. The effects of parent absence on children. *Psychological Abstracts*, 1977, 57 (1), 3106.
- MARQUES, J.B.A. A prevenção e o tratamento das manifestações anti-sociais do menor. *Justitia*, 1974, 36 (85), 29-99.
- McCOLGAN, E.B. Social cognition related to behavior in a naturalistic setting: a comparison of delinquents, predelinquents and non-delinquents. Trabalho apresentado à "Convention of the Society for Research in Child Development". Estados Unidos da América, 1977.
- McCORD, J. McCORD, W. The effects of parental role models on criminality. *Journal of Social Issues*, 1958, 14, 66-74.
- McCORD, J.; McCORD, W.; e THURBER, E. Some effects of parental absence on male children. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1962, 4 (5), 361-369.
- MELO, F. Menores carenciados no Brasil são mais de 14 milhões. *Brasil Jovem*, 1976, 10 (36), 12-25.
- MILEBAMANE, B.M. Perception of the childrearing attitudes and practices of the father by delinquents and normals. *Psychological Abstracts*, 1976, 55, 2502.
- MILLER, W.B. Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. *Journal of Social Issues*, 1958, 14 (3), 5-19.
- MOERK, E.L. Like father like son: imprisonment father and the psychological adjustment of sons. *Journal of Youth and Adolescence*, 1973, 2 (4), 303-313.
- MORAES, E.S. Noções básicas sobre a prevenção da marginalização do menor nos centros urbanos. *Brasil Jovem*, 1974, 8 (30), 30-35.
- NASH, J. The father in contemporary culture and current psychological literature. *Child Development*, 1965, 36, 261-293.
- PELLEGRINO, L. Meios de prevenção da criminalidade juvenil no Brasil. *Revista dos Tribunais*, 1977, 66 (499), 439-442.
- RAHAV, G. Juvenile delinquency as a minority crime. *Adolescence*, 1977, 12 (48), 471-476.
- RIOS, J.A. Qual a solução: internar ou socializar o menor marginalizado? *Brasil Jovem*, 1977, 12 (39), 18-25.
- ROBINS, L.N.; WEST, P.A.; e HERJANIC, B.L. Arrests and delinquency in two generations: a study of black urban families and their children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry & Allied Disciplines*, 1975, 16 (2), 125-140.
- RUMA, E.H. e MOSHER, D.L. Relationship between moral judgment and guilt in delinquent

- boys. *Journal of Abnormal Psychology*, 1967, 72 (2), 122-127.
- SALZSTEIN, H.D.; DIAMOND, R.M.; e BELENKI, M. Moral judgment level and conformity behavior. *Developmental Psychology*, 1972, 7 (3), 327-336.
- SANTROCK, J.W. Relation of type and onset of father absence to cognitive development. *Child Development*, 1972, 43 (2), 455-469.
- SANTROCK, J.W. Father absence, perceived maternal behavior, and moral development in boys. *Child Development*, 1975, 46, 753-757.
- SHINN, M. Father absence and children's cognitive development. *Psychological Bulletin*, 1978, 85 (2), 295-324.
- SHORT, J.F. Estructura social y procesos de grupo en la explicación de la delincuencia de pandilla. In M. Sherif e C.W. Sherif (Eds.) *Problemas de la Juventud*. México, Editorial Trillas, S.A., 1970; 185-220.
- SIEGMAN, A.W. Father absence during early childhood and antisocial behavior. *Journal of Abnormal Psychology*, 1966, 71 (1), 71-74.
- SIMPSON, E.L. A holistic approach to moral development and behavior. In T. Lickona (Ed.) *Moral Development and Behavior*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1976; 159-170.
- SMITH, R.M. e WALTERS, J. Delinquent and non-delinquent males' perception of their fathers. *Adolescence*, 1978, 13 (49), 21-28.
- SOROSKY, A.D. The psychological effects of divorce on adolescents. *Adolescence*, 1977, 12 (45), 123-136.
- SPIEGEL, D.E. Juvenile delinquency: and overview. In B.B. Wolman (Ed.) *International Encyclopedia of Psychiatry, Psychology, Psychoanalysis, & Neurology*. New York, Aesculapius Publishers, 1977; 264-273.
- SUTTON-SMITH, B.; ROSENBERG, B.G.; e LANDY, F. Father absence effects in families of different sibling compositions. *Child Development*, 1968, 39, 1213-1221.
- TUCKMAN, J. e REGAN, R.A. Intactness of the home and behavioral problems in children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 1966, 7, 225-233.
- WILSON, H. Juvenile delinquency, parental criminality and social handicap. *Psychological Abstracts*, 1976, 55, 4849.
- WILSON, K.L.; ZURCHER, L.A.; McADAMS, D.C.; e CURTISS, R.L. Stepfathers and stepchildren: an exploratory analysis from two national surveys. *Psychological Abstracts*, 1976, 56 (1), 3921.